

Congresso vai à TV.

E não há quorum.

Embora o presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, e do Senado, José Fragelli, tenham decidido apresentar nesta sexta-feira o programa a ser transmitido em cadeia nacional de rádio e televisão, com o objetivo de mostrar ao País as tarefas e a importância do Poder Legislativo, o Congresso voltou a realizar, ontem à noite, três sessões consecutivas sem o quorum necessário para a instalação dos trabalhos. Apesar da presença de apenas 31 deputados e três senadores, as listas indicavam haver na Casa 38 senadores e 316 deputados, que receberam três jetons no valor de Cr\$ 112 mil cruzeiros cada um.

A primeira sessão durou apenas cinco minutos e nenhum dos presentes fez uso da palavra, servindo apenas para o senador João Lobo anunciar a composição de uma comissão mista. Ao declarar aberta a segunda sessão, instalada dois minutos depois do encerramento da primeira, havia no plenário 42 deputados e quatro senadores. Esse número pouco cresceu quando foi declarada aberta a terceira sessão. Em nenhuma das sessões houve votação, razão pela qual não foi realizada verificação de presença e todos os parlamentares constantes da lista de presença "na Casa" receberam o pagamento dos jetons.

Na Câmara, a sessão ordinária foi aberta às 13 horas com presença reduzida de deputados no plenário. Quando se iniciou a ordem do dia, mais de 150 deputados participavam dos trabalhos. O número era insuficiente para deliberações, mas aprovou-se pelo voto de liderança o projeto que altera a remuneração dos ministros de Estado sem que houvesse requerimento de verificação do número de presentes.

O programa do Congresso

O programa da Câmara e do Senado por uma rede nacional de rádio e televisão será no próximo dia 13, durante 40 minutos, a partir das 20h30, conforme autorização solicitada ontem pelos presidentes Ulysses Guimarães e José Fragelli ao Gabinete Civil da presidência da república, com base em dispositivo constitucional. A petição foi deferida pelo ministro José Hugo Castelo Branco que determinou as providências imediatas da Secretaria de Imprensa para a convocação da rede nacional de rádio e televisão.

A petição dos presidentes da Câmara e do Senado estabelece que a convocação tem por objetivo "levar ao conhecimento da opinião pública assunto de relevante importância, relacionada com o prestígio do Poder Legislativo, essencial para o funcionamento e estabilidade do regime democrático no Brasil". O chefe do Gabinete Civil, em seu despacho, considerou a convocação "de interesse da administração" havendo amparo legal para a convocação da rede nacional de rádio e televisão.

Devido à antecipação (o programa seria apresentado dia 18 ou 19) ele deverá limitar-se aos pronunciamentos dos dois presidentes, salvo se o Congresso conseguir imagens das atividades do Parlamento com a Radiobrás — o que está sendo tentado. Ulysses e Fragelli mostrarão matérias relevantes que o Congresso discutiu e aprovou, como anistia, a Emenda Constitucional nº 25, que extinguiu o Colégio Eleitoral, estabeleceu a eleição de deputados e senadores pelo Distrito Federal, restabeleceu o pleito direto de presidente da República, deu o direito de voto ao analfabeto, liberou a organização partidária. Será também abordada a Lei da Informática, aprovada com amplo debate no Congresso.

Ainda não está decidido se os presidentes da Câmara e do Senado falarão da campanha pelas eleições diretas, já que a maioria do PDS dela não participou e o objetivo é o de não dar cunho partidário ao programa. Por isso mesmo não deverá ser abordada a campanha eleitoral da Aliança Democrática, da eleição de Tancredo Neves e José Sarney.